

Zonas do medo: variações geográficas do sentimento de (in)segurança no suplemento Vitimização e Acesso à Justiça da PNAD de 2009

David Maciel de Mello

Doutorando e mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Graduado em Ciências Sociais pela UFRJ.

davidmaciel2206@gmail.com

Resumo

Este trabalho aborda as variações do sentimento de segurança/insegurança na PNAD de 2009, segundo local de referência. O objetivo é explorar em que medida sua ocorrência na cidade acompanha o mesmo sentimento tanto no bairro quando no domicílio. Após breve introdução sobre a história do conceito, ele é definido como fenômeno misto de risco percebido e medo do crime. A segunda parte trata dos pressupostos teóricos de sua operacionalização nos níveis geográficos de referência, domicílio, bairro e cidade, enquanto a terceira explora suas variações. Os resultados levantam a hipótese de que o sentimento de segurança seja geograficamente acumulável, enquanto o sentimento de insegurança tem o domicílio como nível preponderante. Este padrão aparenta ser válido para o Brasil e tende a se replicar nos estados, com exceção da Paraíba. A conclusão busca aprofundar os resultados, delimitar seu alcance e sugerir caminhos para pesquisas futuras.

Palavras-Chave

Vitimização. Medo do crime. Percepção de risco.

SURVEYS DE VITIMIZAÇÃO E MEDO DO CRIME: EUA E BRASIL

A história do conceito de sentimento de insegurança começa com as pesquisas de vitimização, que nasceram na década de 1960 no EUA. No início, seu objetivo era averiguar o descompasso entre as estatísticas oficiais e a incidência “real” de crimes: o fato de que, por diferentes razões, nem todos os eventos desse tipo chegam ao conhecimento das autoridades.

Mas se as pesquisas de vitimização nasceram por causa das “cifras ocultas da criminalidade”, não deixaram de assimilar outras preocupações ao longo do tempo. Entre elas está o *medo do crime*. Em determinado lugar e em determinado momento, a taxa de criminalidade real pode ser das mais altas, mas não necessariamente as pessoas terão medo de serem vitimadas. Com a introdução desta variável, entra em questão um *gap* de outro tipo: aquele entre realidade objetiva e subjetiva.

No Brasil, as pesquisas de vitimização começaram tardiamente, apenas em 1988. Zilli

et al. (2014, p. 23-239) elencaram 40 *surveys* do gênero realizados no país até 2012. À lista fornecida pode-se acrescentar outros dois: a Pesquisa sobre as Condições de Vida e o Acesso das Pessoas a Serviços Públicos aqui na sua Região (PCVAPSP), realizada pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ/Iesp) em parceria com o Ibope (BORGES, 2013); e a Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com o Instituto Datafolha e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (DATAFOLHA; CRISP; SENASP, 2013).

Na lista mencionada, amostragens em escala nacional são exceção à regra. Entre os 42 *surveys* de vitimização já realizados, apenas 5 possuem amostras representativas de todo o Brasil: 1) a PNAD de 1988; 2) um módulo da Pesquisa Social Brasileira (Pesb) de 2002, rea-

lizada pelo DataUFF; 3) o suplemento Vitimização e Acesso à Justiça da PNAD de 2009; 4) a PCVAPSP de 2010; 5) a PNV de 2010-2012 (BORGES, 2013; DATAFOLHA; CRISP; SENASP, 2013; ZILI; MARINHO; SILVA, 2014). Todas as demais se restringem ou ao território do estado ou ao território do município, com foco na Região Sudeste. Nenhuma, nacional ou não, possui regularidade de aplicação ou foi reaplicada. As pesquisas pecam ainda pela falta de padronização metodológica, o que acaba por dificultar sua comparação.

Apesar dessas dificuldades, optou-se neste trabalho por utilizar uma fonte ainda pouco explorada: o suplemento de Vitimização e Acesso à Justiça da PNAD de 2009 (IBGE, 2010a). Sua abrangência nacional permite traçar resultados válidos para todo o país, enquanto seu elevado tamanho amostral possibilita desagregar os dados por estado de maneira robusta. Por fim, o fato de os dados serem públicos facilita o acesso não só ao pesquisador, como a todos aqueles que queiram replicar os resultados e conclusões expostos a seguir.¹ Antes de prosseguir para a análise, porém, são necessárias algumas considerações teóricas sobre o que é, afinal, o sentimento de (in)segurança.

SENTIMENTO DE SEGURANÇA: PERCEÇÃO DE RISCO OU MEDO DO CRIME?

No denso *corpus* de estudos que têm por base os *surveys* de vitimização, há uma polêmica acerca das variáveis de medo do crime derivadas de perguntas semelhantes à utilizada no **National Crime Survey**: “*how safe do you feel or would you feel being out alone in your neighborhood at night/during the day?*” (Quão

seguro você se sente ou se sentiria estando sozinho na rua do seu bairro à noite/durante o dia?) (1972 apud FERRARO, 1995, p. 22). DuBow, McCabe e Kaplan (1979), Garofalo e Laub (1978), Warr (1984) e Ferraro e LaGrange (1987) chamam a atenção para a hipótese de essas métricas não corresponderem àquilo que procuram medir. Isso porque não diferenciam dois fenômenos semelhantes, mas que possuem suas particularidades: a percepção do risco e o medo do crime.

Em **Fear of Crime: Interpreting Victimization Risk**, Kenneth F. Ferraro (1995) distingue os dois conceitos de modo eficaz. Por meio de uma competente aglutinação de interacionismo simbólico, ecologia social e teoria de oportunidades criminais, o autor explica como pessoas usam dos recursos do mundo a sua volta para interpretar certas situações como perigosas – e quais os efeitos que isso traz para suas vidas.

Tal tese é chamada de Modelo de Interpretação de Risco (MIR). Dentro de seu ecletismo teórico, o conceito de *definição de situação* ocupa o eixo central. Derivado da sociologia pragmatista americana, ele tem sua melhor definição no conhecido Teorema de Thomas (THOMAS; THOMAS, 1928, p. 571-572): “Se as pessoas definem certas situações como reais, elas são reais em suas consequências”. Com base nesse pressuposto, questões sobre se há ou não altas taxas de crimes que correspondam ao medo são irrelevantes. O interessante é olhar para os efeitos dessas definições na vida em sociedade.

Mas Ferraro não adota uma postura de construtivismo extremo que nega a existência de qualquer objeto exterior ao sujeito. Aqui ele

concorda com Goffman (2012, p. 23), quando este diz que os atores não criam definições de situação ao seu bel-prazer. Antes, tentam sincronizar suas interpretações do que está acontecendo, do ponto de vista de seus papéis sociais. Para evitar cair na armadilha do idealismo radical, o MIR incorpora uma distinção, já traçada por Thomas & Thomas (1928), entre *situação* e *definição de situação*. Enquanto a primeira se refere às condições objetivas sob as quais o sujeito se encontra, a segunda trata da experiência subjetiva (FERRARO, 1995, p. 9)

O corolário deste arcabouço teórico compreende três conceitos. Primeiro, há o *risco real*, que capta a chance objetiva de vir a ser vítima de determinado tipo de crime. É o que os *surveys* de vitimização tentam prever. O *risco percebido* vem em segundo. Ele define o julgamento cognitivo pelo qual se interpreta uma situação como perigosa. Para tanto, pode-se usar de toda a informação disponível ao redor: estatísticas oficiais, taxas de vitimização, notícias de jornal, conversas com conhecidos, traços de incivilidade no bairro, percepção de si como “boa vítima”, experiência de vitimização prévia ou de algum outro dado significativo. Em terceiro e por último, o *medo do crime*, que representa uma resposta emocional de pavor que pode ocorrer após a percepção de risco. (FERRARO, 1995). Se o *risco real* equivale à *situação* e o *risco percebido*, à *definição de situação*, o *medo do crime* é a consequência. Colocando os termos em uma sentença estruturalista, temos que: *risco real* : *situação* :: *risco percebido* : *definição de situação* :: *medo do crime* : *efeito da definição de situação*.

Todavia, Ferraro (1995, p. 24-25) parece adotar uma postura extrema na sua definição

de *medo*. Para o autor, este sentimento é uma resposta puramente emocional às experiências potencialmente danosas a si. Segundo ele, o *medo* desencadeia numerosas modificações corporais – principalmente hormonais – que podem ou empoderar o sujeito ou aliená-lo de vez de seu autocontrole corporal. Uma situação de risco pode gerar a descarga de altas doses de adrenalina no sistema endócrino, o que estimula a ação para superar o perigo. Ou então o pavor pode ser tão grande ao ponto de levar o indivíduo à total paralisia e inação.

O autor de **Fear of Crime** reconhece que capturar esse estado emocional em questionários não é tarefa das mais fáceis. No máximo, o que se pode fazer é pedir ao entrevistado que diga como se sente numa situação imaginada. De fato, é o que ele faz em um *survey* de elaboração própria, o **Fear of crime in America Survey**, no qual testa sua hipótese. Primeiro, demanda ao entrevistado que avalie o seu *medo* em uma escala de 1 a 10 para 10 tipos de crimes diferentes. Esta é a medida de *medo do crime*. Em seguida, pede que avalie, na mesma escala, a *chance* de vir a ser vítima em 10 tipos de crimes diferentes no ano subsequente. Esta última é a métrica de *risco percebido* (FERRARO, 1995, p. 35).

Seja como for, esse procedimento tem o mérito de distinguir dois fenômenos antes amalgamados. Por conseguinte, chama a atenção para a possibilidade de alguém perceber claramente os riscos de vitimização e mesmo assim não a temer – seja porque se acha capaz de lidar com a ameaça, seja porque é excessivamente confiante, ou até mesmo porque, como tudo na vida, simplesmente se acostumou. Da mesma maneira, pode-se possuir um medo ter-

rível de morrer de forma violenta, por exemplo, mas sem a necessária percepção desse risco para si – porque a pessoa tem consciência de que não se encontra em um grupo de risco, porque sabe que seu estilo de vida não a expõe ao perigo ou simplesmente porque acredita que tragédias só acontecem com os outros, nunca consigo. Em suma, a percepção de risco e o medo do crime, apesar de correlacionados

e com alta probabilidade de ocorrerem juntos, não são o mesmo fenômeno.

Onde entra, então, o *sentimento de segurança*? Ele estaria mais próximo da *percepção de risco* ou do *medo do crime*? Poderia ser algo completamente diferente? O mesmo autor ajuda a responder esta pergunta por meio de sua tipologia de percepções, reproduzida no Quadro 1.

Quadro 1 - Tipos de percepção de crime, segundo nível de referência

Nível de referência	Tipos de percepção		
	Cognitivo		Afetivo
	Julgamentos	Valores	Emoções
Geral	A Risco para os outros <i>Do you think that people in this neighborhood are safe inside their homes at night?</i> (Você acha que as pessoas deste bairro estão seguras em suas casas durante a noite?)	B Preocupação sobre crime para os outros <i>Choose the single most serious domestic problem (list of 10) that you would like to see the government do something about</i> (Escolha o mais sério problema social – lista de 10 – sobre o qual você gostaria de ver o governo fazer algo)	C Medo da vitimização dos outros <i>I worry a great deal about the safety of my loved ones from crime and criminals</i> (Eu me preocupo muito sobre se quem eu amo está a salvo do crime e dos criminosos)
Pessoal	D Risco para si <i>How safe do you feel or would you feel being alone in your neighborhood at night?</i> (Quão seguro voce se sente ou se sentiria estando sozinho em seu bairro durante a noite?)	E Preocupação sobre o crime para si <i>Are you personally concerned about becoming a victim of crime?</i> (Você se preocupa em se tornar vítima de algum crime?)	F Medo da vitimização de si <i>How afraid are you of becoming victim of (list of 16 offenses) in your everyday life?</i> (Quanto você teme se tornar vítima de – lista de 16 crimes – na sua vida cotidiana?)

Fonte: Ferraro (1995, p. 24).

Já a PNAD, em seu questionário (IBGE, 2010c : 64), aborda o sentimento de insegurança da seguinte maneira:

Você se sente seguro(a)

- α. *No seu domicílio?*
- β. *No seu bairro?*
- χ. *Na sua cidade?*

A pergunta da PNAD se assemelha mais à questão da célula D na tipologia de Ferraro, que representa um julgamento cognitivo pessoal de risco para si. Entretanto, quando se pergunta a uma pessoa como se sente em determinada situação, há a sugestão para que ela imagine como seria seu “estado de espírito” sob tais e tais circunstâncias. Nesse “estado de espírito” há certa dimensão de afeto que foge à esfera do racional – ainda que ele não seja tão agudo quanto o medo descrito pelo autor. Ao mesmo tempo, o sentimento de insegurança não deixa de remeter a uma dimensão sensorial que não dissocia o sujeito do julgamento do ambiente a sua volta. Em que pese o aspecto afetivo, o fenômeno não se encontra plenamente dissociado de seu lado racional.

Portanto, o que é *sentimento de insegurança*? Percepção de risco ou medo do crime? Para os fins deste trabalho, opta-se por considerá-lo a mistura de ambos os fatores. Nem tão racional quanto o primeiro, nem tão emotivo quanto o segundo. No sentimento de insegurança parece haver uma certa dose de afeto derivada do *medo do crime*, mas temperada com o julgamento cognitivo do *risco percebido*. Ferraro concorda com esta definição ao dizer que medidas como as do **National Crime Survey** – às quais as questões da PNAD se assemelham – representam, na melhor

das hipóteses, um aglutinado de percepção de risco e medo do crime (FERRARO, 1995, p. 23). Além disso, estudos como o de Wilcox-Rountree e Land (1996) fornecem evidências adicionais ao verificarem que um e outro se parecem em muitos preditores, ao mesmo tempo em que se diferenciam em outros. Destarte, pode-se dizer que o sentimento de (in)segurança lembra a *vigilância dissociada* de Goffman (2009), que aqui pode ser conceituada como uma desconfiança latente no cotidiano, que leva o sujeito a estar sempre a postos para uma reação.

DOMICÍLIO, BAIRRO E CIDADE: TRÊS NÍVEIS DO SENTIMENTO DE SEGURANÇA

É prática comum dos *surveys* de vitimização, quando pesquisam o sentimento de insegurança, averiguar a variação territorial do fenômeno. A PCVAPSP, por exemplo, distingue *bairros conhecidos* de *bairros desconhecidos* (BORGES, 2013). A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização (PCVV), realizada pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro em 2007, separa o *próprio bairro* de *outros bairros* (DUARTE; PINTO; CAMPAGNAC, 2008). A PNV, por sua vez, adota uma medida de medo do crime no *local de trabalho, em casa e na rua* (DATAFOLHA; CRISP; SENASP, 2013). Já a PNAD, que aqui se utiliza como fonte, diferencia *domicílio, bairro e cidade* (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010c).

Por trás dessas operacionalizações está a teoria de que as pessoas se sentem mais seguras nos espaços que conhecem melhor em comparação àqueles lugares com os quais estão menos acostumadas. Ou seja, o sentimento de segurança é encarado como correlato da familiaridade com o espaço. Quanto mais se conhece

um lugar, mais seguro o indivíduo se sente. É o que podemos chamar, para citar Soares (2008, p. 108), de Teoria das Áreas Concêntricas.

Questões como as da PCVAPSP e da PCVV traduzem o fenômeno em uma dicotomia de *lugares conhecidos* x *lugares desconhecidos*. Já a PNAD o hierarquiza em uma escala que começa no espaço mais íntimo e familiar – o *domicílio* – e avança até o mais amplo e indiferente – a *cidade* –, passando pelo nível intermediário do bairro.

Não importa qual a operacionalização, a proporção de pessoas que se sentem seguras é sempre maior nos espaços mais conhecidos que nos menos conhecidos. Na PNV, por exemplo, 84,7% das pessoas se sentem seguras na própria casa, em comparação a 53,5% nas ruas da cidade em geral (DATAFOLHA; CRISP; SENASP, 2013, p. 228-229); na PCVAPSP, 63,0% se sentem seguras no bairro durante o dia, em contraste a 43,0% na cidade, no mesmo horário. Durante a noite, a proporção diminui, mas a relação se mantém: 41,0% para o bairro e 26,0% para a cidade (BORGES, 2013, p. 151). Já na PNAD de 2009, 77,4% dos entrevistados se sentem seguros no domicílio, 64,6% afirmam o mesmo em relação ao bairro e 49,9% sentem-se seguros na cidade.

No entanto, em que medida o sentimento de segurança nas áreas familiares se repete naqueles lugares com os quais se está menos acostumado? Quem se sente seguro no território conhecido também se sente assim nos lugares não conhecidos? Quão provável é se sentir seguro em lugares desconhecidos sem se verificar o mesmo para os lugares conhecidos?

Fornecer subsídios para responder a essas perguntas constitui o objetivo deste trabalho. Para cumpri-lo, não são testados modelos que expliquem o fenômeno por variáveis sociodemográficas, ecológicas ou de atividades rotineiras. Optou-se por explorar as variações geográficas do fenômeno em suas diversas combinações, por meio de recursos gráficos e procedimentos lógicos. A análise começa com a desagregação do sentimento de segurança na cidade nos níveis inferiores do bairro e do domicílio. Por meio da combinação das respostas possíveis, foram identificados oito grupos geográficos de sentimento de (in)segurança no Brasil. Os resultados levantam a hipótese de que o sentimento de segurança seja acumulável geograficamente, enquanto o sentimento de insegurança, quando se manifesta no domicílio, quase automaticamente tende a se replicar no bairro e na cidade. Em seguida, busca-se investigar a distribuição desses oito grupos entre as unidades federativas. Apesar de algumas diferenças, os estados brasileiros e o Distrito Federal aparentam seguir a tendência nacional – com exceção da Paraíba. A conclusão retoma os resultados à guisa das considerações teóricas e aprofunda a exploração da hipótese, a partir da descrição de como o *risco percebido* poderia se combinar com o *medo do crime* para produzir quatro dos oito grupos identificados. Nessa seção também se almeja delimitar o alcance dos resultados e sugerir caminhos para pesquisas futuras.

O SENTIMENTO DE (IN)SEGURANÇA NO SUPLEMENTO DA PNAD DE 2009: ACUMULAÇÃO GEOGRÁFICA E A CENTRALIDADE DO DOMICÍLIO

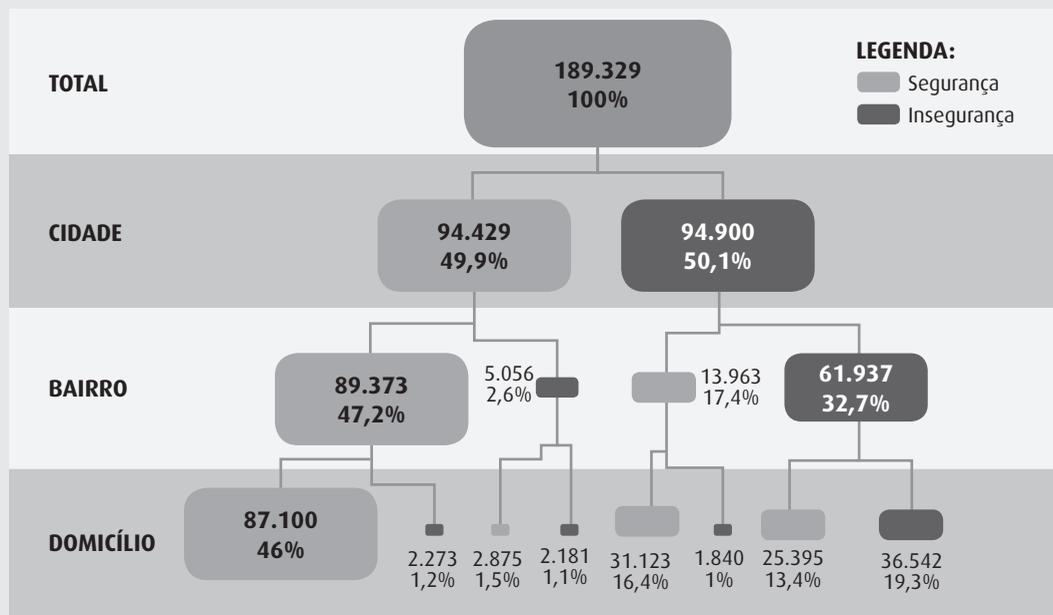
O suplemento de Vitimização e Acesso à Justiça da PNAD de 2009 foi aplicado a pes-

soas de 10 anos ou mais. Com o intuito de ter mais precisão nas respostas, a amostra foi recortada através da variável V2901, conforme o dicionário de variáveis (IBGE, 2010b), para abarcar somente as pessoas que responderam sobre si mesmas. O resultado foi um total 189.329 casos, com 60,0% de mulheres e 40,0% de homens; idade média de 39 anos e 8,3% de autodeclarados negros, 43,5% de autodeclarados brancos e 48,0% de autodeclarados pardos. Pessoas que se identificaram como “indígenas” ou “amarelas”, juntas, corresponderam a apenas 0,7%. Para facilitar a compreensão, as respostas “sim” e “não” às questões

sobre sentimento de segurança foram recodificadas para “seguro” e “inseguro”.

Do total de 189.329 entrevistados, 94.900 (50,1%) relataram que se sentiam inseguros na cidade, enquanto 94.429 (49,9%) disseram que se sentiam seguros. No bairro, a quantidade de seguros foi de 122.336 (64,6%), enquanto os demais 66.993 (35,4%) responderam que se sentiam inseguros. Já no domicílio, o número de pessoas seguras aumentou para 146.493 (77,4%), enquanto as que relataram sentimento de insegurança diminuíram para 42.836 (22,6%).

Figura 1 - Distribuição dos entrevistados, segundo árvore hierárquica dos sentimentos de segurança e insegurança e local de referência Brasil, 2009



Fonte: PNAD 2009.

Seguros e inseguros se dividem equanimemente na cidade, com uma pequena vantagem para o sentimento de insegurança. Nos domínios do bairro e da casa, prevalece o oposto, o sentimento de segurança. A princípio, confirma-se a Teoria das Áreas Concêntricas: a proporção de pessoas seguras é maior no domicílio e diminui conforme se passa para a cidade, atravessando o bairro. Para aprofundar a questão, pode-se perguntar se a segurança no espaço mais amplo e desconhecido se repete nos espaços mais restritos e conhecidos. Simplificando: quantos, dos 94.429 entrevistados que relataram sentimento de segurança na cidade, também se sentem assim no bairro e no domicílio?

A Figura 1 procura responder a essa pergunta. Ela é uma árvore hierárquica que desagrega nos níveis inferiores as quantidades e proporções dos níveis superiores. As porcentagens foram aproximadas em uma casa decimal e se referem ao total da amostra.

A Figura 1 mostra que, apesar de serem dois lados da mesma moeda, o sentimento de segurança e o de insegurança se comportam de modos distintos entre os níveis geográficos. O primeiro é geograficamente acumulável. Sentir-se seguro na cidade sem se sentir seguro no bairro e no domicílio é algo raro de ocorrer. Isso pode ser visualizado no lado direito da figura, lido de cima para baixo. Entre as 94.429 pessoas que se sentem seguras na cidade – aproximadamente 50% da amostra –, 87.100 também se dizem tranquilas no bairro e no domicílio, o que perfaz 46,0% do total. Menos de 4,0% da amostra nega essa tendência. Ou seja, o sentimento

de segurança nos espaços menos conhecidos acompanha sua ocorrência nos espaços mais conhecidos. Em contrapartida, a percepção de insegurança na cidade não segue o mesmo padrão. É possível sentir-se inseguro na cidade e, ao mesmo tempo, relatar segurança no bairro e no domicílio, ou somente no próprio lar. Contudo, quando o sentimento de perigo ultrapassa o limiar que separa a rua da casa e adentra a residência, é muito provável que ele se generalize tanto para o bairro quanto para a cidade. Entre as 42.836 pessoas que se dizem inseguras no seu próprio lar (22,6% da amostra, proporção representada pela soma de todos os quadrados vermelhos do “domicílio”), 36.542 (19,3% da amostra) repetem o sentimento tanto no bairro como na cidade. No sentimento de insegurança, portanto, o domicílio aparenta ser a região geográfica preponderante.

COMBINANDO RESPOSTAS: OS OITO GRUPOS GEOGRÁFICOS DE SENTIMENTO DE (IN)SEGURANÇA

Mas quantos tipos de experiências espaciais de sentimento de (in)segurança podem haver? É o que procura responder a Tabela 1. Ela é uma classificação cruzada de todas as respostas possíveis para as três variáveis. Como são todas categóricas (“sim” e “não”), ao todo há 8 padrões de resposta ($2 \times 2 \times 2 = 8$). Eles correspondem ao que se propõe chamar de *grupos geográficos de sentimento de (in)segurança*, representados na figura anterior nos itens que compõem o nível do domicílio. Para auxiliar no entendimento, as células da tabela foram coloridas de azul para “seguro” e vermelho para “inseguro” e tomaram por base, salvo o primeiro caso, o sentimento de insegurança.

Tabela 1 – Número e distribuição dos entrevistados, segundo grupos geográficos de sentimento de (in)segurança Brasil, 2009

Classificação do Grupo	Nome	Domicílio	Bairro	Cidade	Entrevistados	
					N. Abs.	Distribuição (%)
Majoritário	1. Sentimento de segurança total	Seguro	Seguro	Seguro	87.100	46,0
Majoritário	2. Sentimento de <i>in</i> segurança generalizado	Inseguro	Inseguro	Inseguro	36.542	19,3
Majoritário	3. Sentimento de <i>in</i> segurança somente na cidade	Seguro	Seguro	Inseguro	31.123	16,4
Majoritário	4. Sentimento de <i>in</i> segurança no espaço público	Seguro	Inseguro	Inseguro	25.395	13,4
Minoritário	5. Sentimento de <i>in</i> segurança somente no bairro	Seguro	Inseguro	Seguro	2.875	1,5
Minoritário	6. Sentimento de <i>in</i> segurança somente no domicílio	Inseguro	Seguro	Seguro	2.273	1,2
Minoritário	7. Sentimento se <i>in</i> segurança nos espaços mais conhecidos	Inseguro	Inseguro	Seguro	2.181	1,1
Minoritário	8. Sentimento de <i>in</i> segurança nos extremos	Inseguro	Seguro	Inseguro	1.840	1
Total:					189.329	99,9

Fonte: PNAD 2009.

Zonas do medo: variações geográficas do sentimento de (in)segurança no suplemento Vitimização e Acesso à Justiça da PNAD de 2009
David Maciel de Mello

Os quatro primeiros grupos correspondem a cerca de 95% dos casos e compõem o que pode ser chamado de *conjunto majoritário*. Em primeiro lugar, com 87.100 sujeitos (46,0%), está o grupo de pessoas que se sentem seguras nos três níveis espaciais – domicílio, bairro e cidade. Elas apresentam um *sentimento de segurança total*. Não obstante as altas taxas de violência no Brasil, este é o grupo com a maior proporção populacional. Em seguida, com 36.542 pessoas (19,3%), verifica-se o grupo com *sentimento de insegurança generalizado*. Em uma situação inversa da do grupo anterior, aqui a vitimização é temida na cidade, no bairro e até mesmo na própria casa. Logo depois vêm aqueles que se sentem inseguros *somente na cidade* (31.123, ou 16,43% dos casos). Por fim, nota-se o grupo daqueles que se sentem seguros apenas no espaço doméstico, ou seja, que apresenta o *sentimento de insegurança no espaço público*. Ao todo, esse grupo perfaz 25.395 casos, ou 13,4% do total.

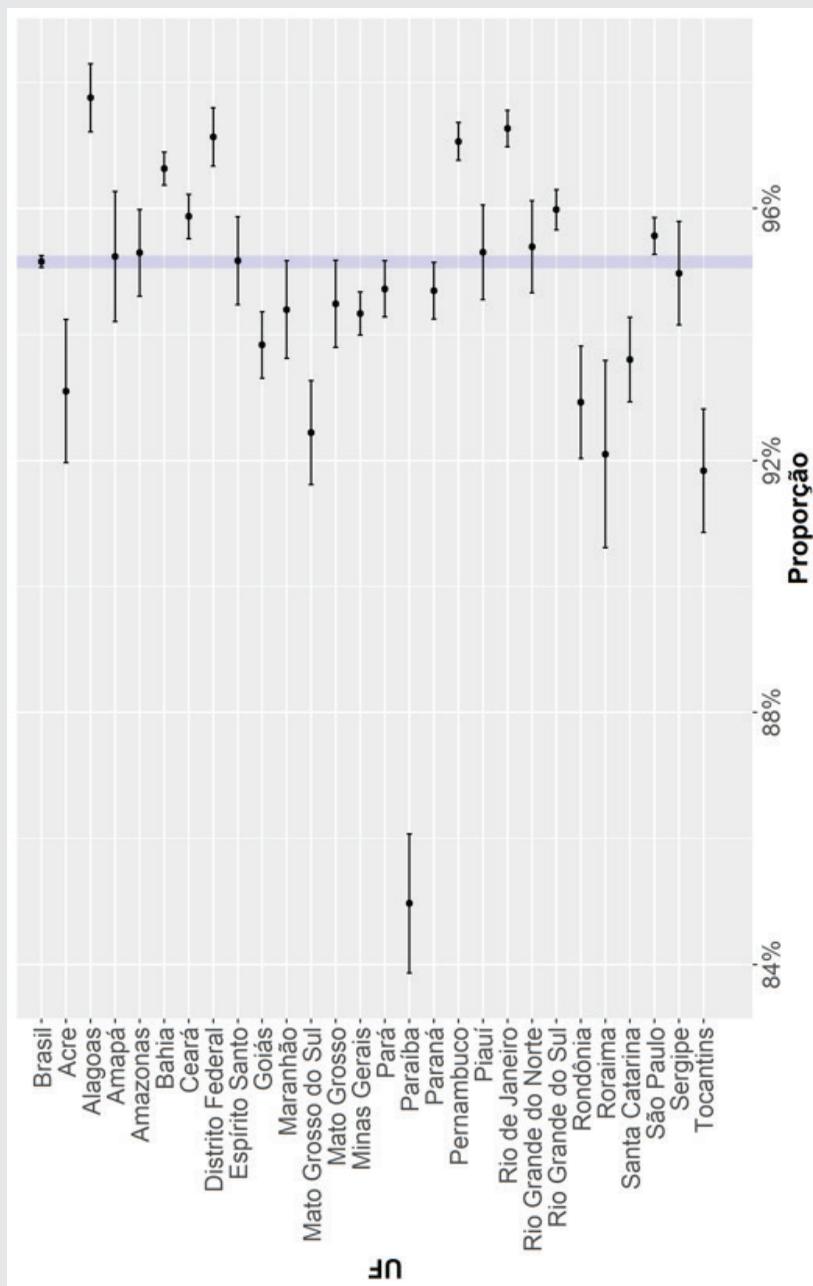
Já os padrões de 5 a 8 representam casos desviantes, que perfazem menos de 5% da amostra. Compõem o que se propõe chamar de *conjunto minoritário*. O quinto grupo é de quem se sente inseguro *somente no bairro*: 2.875 pessoas, ou 1,5% do total. Sua baixa proporção reforça a hipótese acerca do caráter cumulativo do sentimento de segurança: não se chega até a cidade sentindo-se seguro sem haver o mesmo sentimento com relação à vizinhança – mesmo que ele exista na referência ao domicílio. O grupo 6, por sua vez, é de pessoas que se sentem *inseguras* no próprio lar, mas não no bairro nem na cidade. Seu sentimento de insegurança se manifesta *somente no domicí-*

lio (2.273 casos, ou 1,2% do total). Sua baixa proporção populacional reforça a ideia de que o domicílio é o nível essencial na distribuição espacial do sentimento de insegurança. O grupo 7 aglutina pessoas que são inseguras no domicílio e no bairro, mas seguras na cidade. Uma vez que os três espaços são correlatos da familiaridade, o grupo foi nomeado *sentimento de insegurança nos espaços conhecidos* (2.181 entrevistados, ou 1,1% do total). Sua baixa proporção reforça tanto o caráter cumulativo do sentimento de segurança quanto a centralidade do domicílio no sentimento de *insegurança*. O oitavo e último grupo, apesar de perfazer menos de 1% da amostra, ou 1.840 pessoas, é o mais intrigante. Seus membros se sentem seguros apenas no espaço de familiaridade média – o bairro. Na cidade, locus em que as expectativas são menos controladas, sentem-se inseguros, assim como no próprio lar, reduto da privacidade e intimidade, última fortaleza contra o “mundo lá fora”. Resolveu-se nomear este grupo de *sentimento de insegurança nos extremos*. Assim como o caso anterior, sua baixa proporção reforça tanto o caráter cumulativo do sentimento de segurança quanto a preponderância do domicílio no sentimento de insegurança.

Mas até onde este padrão se repete nas 27 unidades federativas brasileiras?

Para responder a esta questão, optou-se por plotar os gráficos a seguir. No primeiro há a estimativa por ponto e os intervalos de confiança para a proporção populacional do *conjunto majoritário* tanto no Brasil quanto nos estados e no Distrito Federal. O segundo traz a mesma informação, mas para o *conjunto minoritário*.²

Figura 2 - Proporção da população e intervalo de confiança do conjunto majoritário
Brasil, 2009

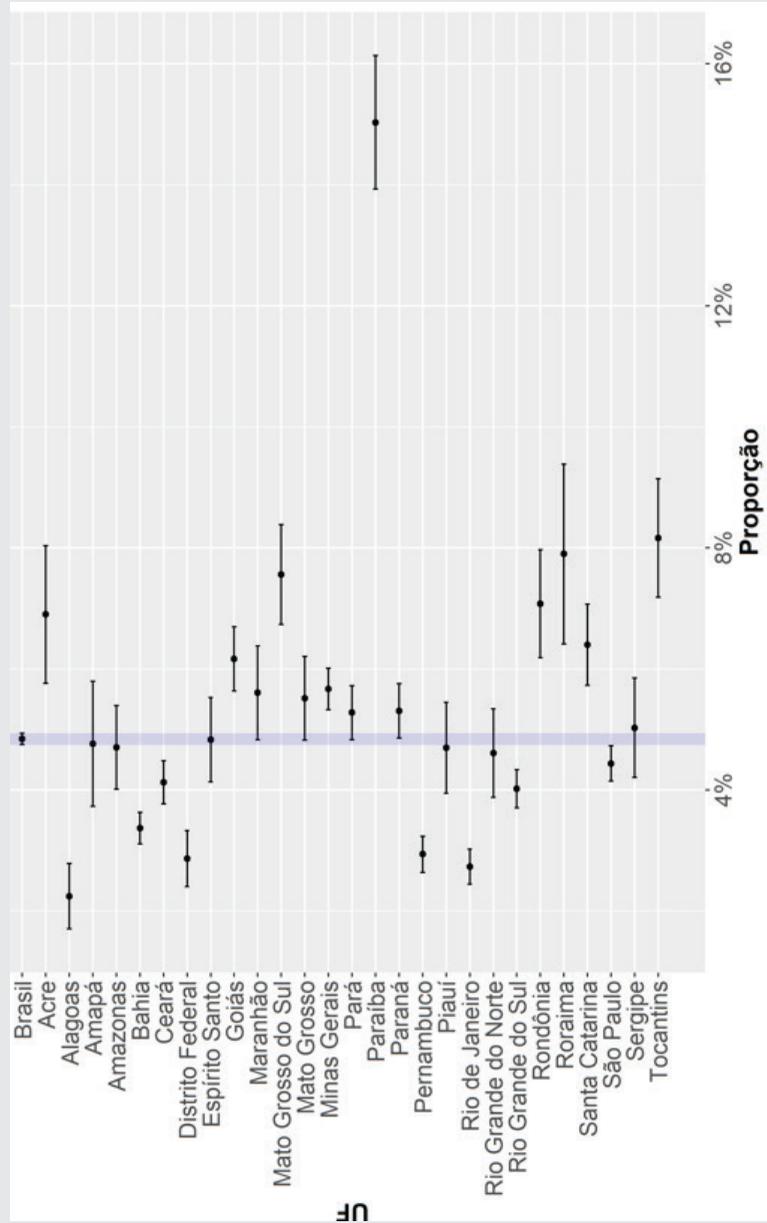


Zonas do medo: variações geográficas do sentimento de (in)segurança no suplemento Vitimização e Acesso à Justiça da PNAD de 2009
David Maciel de Mello

Fonte: PNAD 2009.

Nota: O conjunto majoritário compreende as categorias de sentimento de segurança total, sentimento de insegurança generalizado, sentimento de insegurança somente na cidade e sentimento de insegurança no espaço público.

Figura 3 – Proporção da população e intervalo de confiança do conjunto minoritário Brasil, 2009



Fonte: PNAD 2009.

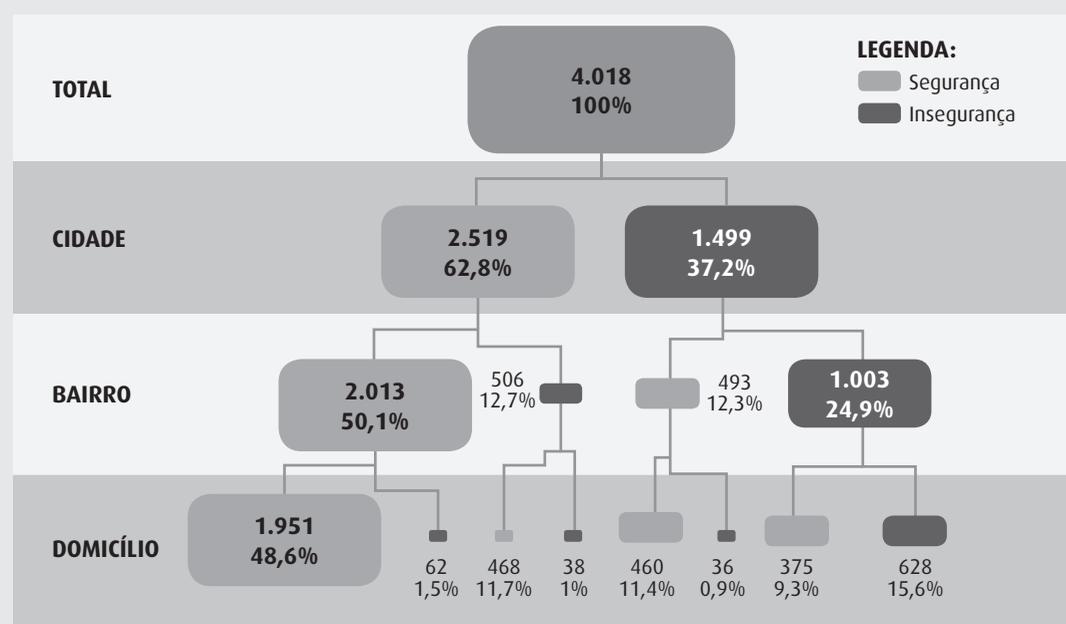
Nota: O conjunto minoritário compreende as categorias de sentimento de insegurança somente no bairro, sentimento de insegurança somente no município, sentimento de insegurança nos espaços conhecidos e sentimento de insegurança nos extremos.

A barra vertical azul em ambas as figuras representa o intervalo de confiança para a proporção de majoritários e minoritários para o conjunto do Brasil. Pode-se visualizar que apenas 10 das 27 unidades federativas brasileiras possuem ICs que se sobrepõem ao do país. São elas Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Mas se considerados em conjunto, e não somente cada um em referência ao Brasil, constata-se que seus intervalos se sobrepõem. O intervalo do Acre não chega até o do Amazonas, é verdade. Mas alcança o do Amapá que, por sua vez, abarca o do Amazonas, sendo que estes dois

últimos contêm o do Brasil. Desta maneira, não parece haver diferença significativa entre os estados e o país, tanto na proporção do *conjunto majoritário* quanto na do *conjunto minoritário*.

O caso da Paraíba constitui a exceção. A peculiaridade desta unidade federativa reside no fato de que ela é única que foge à regra de que a proporção dos grupos do *conjunto majoritário* é maior do que a verificada no *conjunto minoritário*. O *sentimento de insegurança apenas no bairro*, do *conjunto minoritário*, compreende 11,6% da população, o que supera, ainda que ligeiramente, o *sentimento de insegurança no espaço público*

Figura 4 – Distribuição dos entrevistados, segundo árvore hierárquica dos sentimentos de segurança e insegurança e local de referência Paraíba, 2009



Fonte: Elaboração própria.

(9,3%) e o *sentimento de insegurança somente na cidade* (11,4%), dois grupos do *conjunto majoritário*. Ao desagregar o sentimento de (in)segurança neste estado, tem-se o seguinte resultado:

O lado esquerdo do gráfico, lido de cima para baixo, mostra que o *sentimento de segurança na cidade* não se distribui da mesma maneira como a no país. Na Paraíba é plausível se sentir seguro na cidade e no domicílio, mesmo que esse sentimento não ocorra no bairro. Na Figura 4, essa probabilidade é de 11,7%, correspondente ao terceiro retângulo (da esquerda para a direita) no nível do domicílio. A Paraíba, portanto, é o único caso em que não parece haver acumulação geográfica do sentimento de segurança.

CONCLUSÃO

As explorações realizadas ao longo deste artigo permitiram vislumbrar os padrões e variações na distribuição do sentimento de segurança/insegurança nos seus diversos locais de referência. Todavia, não é possível afirmar categoricamente que existam relações de causalidade entre eles. Não se pode afirmar, por exemplo, que o sentimento de segurança no domicílio é causa do sentimento de segurança no bairro, o qual é causa do sentimento de segurança na cidade, e que em conjunto determinam o *sentimento de segurança total*. Tampouco é possível dizer que o sentimento de insegurança no domicílio determina o mesmo fenômeno tanto no bairro quanto na cidade, o que tem por efeito o *sentimento de insegurança generalizada*. Para isso seriam necessárias outras técnicas estatísticas que não foram contempladas no método adotado.

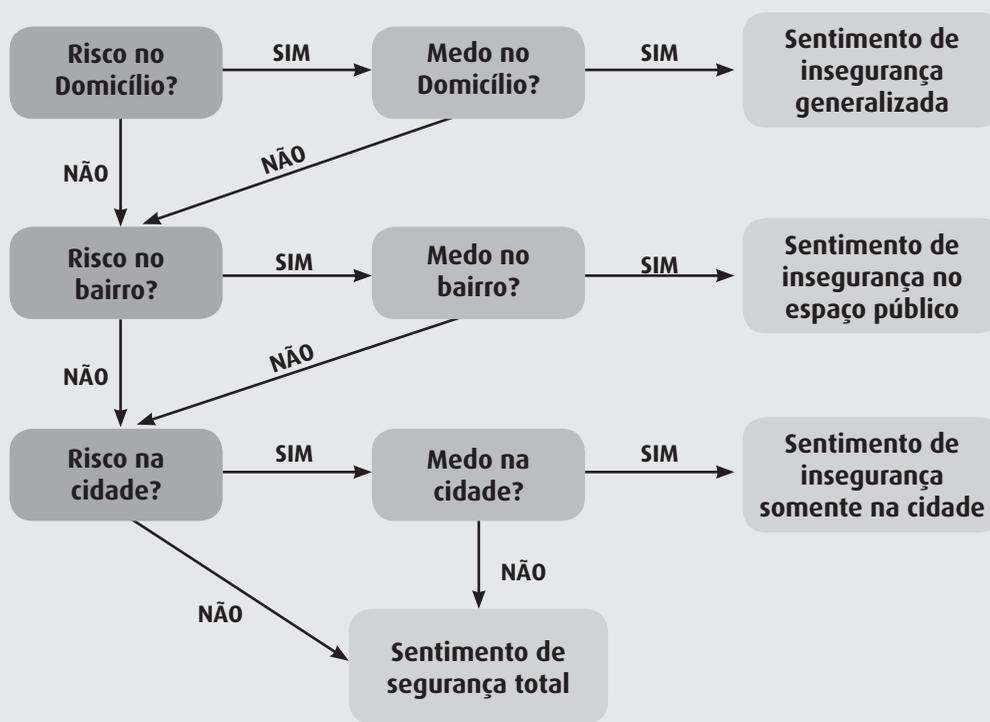
Feita esta ressalva, os resultados apresentados constituem hipóteses *a priori* para testes em

estudos futuros. Nestes termos, cogita-se que: 1) o sentimento de segurança seja acumulável geograficamente. Sentir-se seguro na cidade vem acompanhado do mesmo sentimento no bairro, que por sua vez parece ser condicionado pelo sentimento de segurança no domicílio; 2) o sentimento de *insegurança*, quando se manifesta no próprio lar, generaliza-se quase necessariamente para o bairro e para a cidade sem a necessidade de acumulação geográfica.

O corolário destas duas hipóteses é que, por causa da acumulação geográfica, a proporção de pessoas no grupo *sentimento de segurança total* se aproxima da proporção de pessoas que se sentem seguras na cidade. A Figura 1, por exemplo, mostra que esses valores são de 46,0% e 49,9%, respectivamente. Em contrapartida, o *sentimento de insegurança generalizada* tende a se aproximar do sentimento de insegurança no domicílio quando não ocorre o mesmo sentimento no bairro ou na cidade. As proporções são de 19,3% para o primeiro caso e de 22,6% para o segundo. Isso ocorreria devido à centralidade deste nível geográfico no sentimento de insegurança.

O porquê desta possível diferença fica mais claro ao se retomarem as considerações teóricas acerca do sentimento de (in)segurança como intermediário entre *percepção de risco* e *medo do crime*. Além disso, caso se admita, como o faz Ferraro (1995), a anterioridade causal do *risco percebido* sobre o *medo do crime*, chega-se à hipótese de que o *sentimento de insegurança*, tomado como mistura mediadora dos dois fenômenos, necessita de um pouco de ambos para ocorrer. Somente com a manifestação de apenas um dos dois, o sentimento de insegurança não é possível. Já o sentimento de segurança admite a ocorrência

Figura 5 - Fluxograma dos grupos geográficos de sentimento de insegurança



Fonte: Elaboração própria.

de *risco percebido* sem *medo do crime*. Ou mesmo de nenhum deles. O fluxograma a seguir resume as combinações necessárias entre os dois fenômenos para que se pudesse chegar até cada um dos quatro grupos do *conjunto majoritário*.

A análise exaustiva da figura mostra que, para se chegar ao *sentimento de segurança total*, há sete caminhos possíveis; para o *sentimento de insegurança na cidade*, quatro; para o *sentimento de insegurança no espaço público*, dois; finalmente, para o *sentimento de insegurança generalizada*, apenas um. É provável que este grande número de possibilidades para o *sentimento de segurança total* se deva a dois fato-

res: a acumulação geográfica do fenômeno e a chance de ocorrer em duas modalidades: a) *percepção de risco* sem *medo do crime*; b) ausência dos dois. Quanto ao único caminho para se chegar até o sentimento de insegurança generalizada, ele também se deve a dois elementos. De um lado, a sua ocorrência em apenas uma modalidade: *risco percebido* + *medo do crime*. Do outro, a centralidade do nível do domicílio na determinação do fenômeno, que dispensaria a necessidade de acumulação geográfica, replicando-se quase automaticamente no bairro e na cidade.

Sugestões para pesquisas futuras

Infelizmente não se pode aqui avançar mais na construção desta hipótese, pois a PNAD não possui variáveis que testem a separação entre *risco percebido* e *medo do crime*. Esta é uma tarefa para trabalhos futuros, que adotem uma postura mais explicativa do que a exploração feita neste artigo.

Tais pesquisas, além da distinção entre esses dois fenômenos, devem incorporar também variáveis sociodemográficas, de estilo de vida e de incidência de criminalidade. A proposta desta investigação foi mantê-las em suspenso e perscrutar somente o fenômeno do sentimento de segurança/insegurança nos seus diversos níveis geográficos. Mas o fato de uma pessoa se sentir segura depende, além da percepção do ambiente a sua volta, de quem ela é, de como ela vive e de onde ela vive. Mulheres, crianças e idosos são as vítimas preferenciais de violência doméstica, um crime que, por definição, ocorre no espaço do domicílio. Essas pessoas, destarte, poderiam apresentar uma maior tendência a se sentirem inseguras no próprio lar na comparação com homens adultos, por exemplo. Ou então a insegurança no domicílio também poderia ser maior onde há grande incidência de roubos a residência. Já um elevado número de crimes no espaço público, tais como assaltos, autos de resistência e homicídios, podem ter um efeito causal no sentimento de insegurança no bairro e na cidade. O caso da Paraíba, em que há proporção considerável de pessoas inseguras apenas no bairro, pode estar relacionado a alguma dinâmica de criminalidade que atua somente no plano local, tal como a disputa de território por gangues. Finalmente, habitantes de áreas pobres das cidades onde há domínio

armado do tráfico de drogas podem temer menos crimes contra o patrimônio, mas sentir mais medo de serem vítimas nos confrontos entre bandidos e a polícia que os habitantes de áreas mais favorecidas.

Além dessas variáveis, não se deve descuidar dos níveis geográficos onde ocorre o fenômeno. Como mostrado neste artigo, eles não deixam de possuir também sua possível relevância causal, não se restringindo à mera separação espacial do fenômeno. Por isso, suas particularidades precisam ser consideradas. No domicílio, por exemplo, as relações tendem a se basear no parentesco e possuem alta reciprocidade, com um controle social externo ao indivíduo baseado na autoridade de alguns familiares. Já na cidade a reciprocidade é menor, com predominância da interação entre estranhos e onde o controle social externo depende majoritariamente das agências de polícia. No bairro, as relações ocorrem mais entre conhecidos, tendo a “fofoca” e mecanismos similares um grande papel no controle social. Por causa destas particularidades, cada um destes ambientes transmite expectativas próprias que, uma vez rompidas, podem levar ao *risco percebido*, ao *medo do crime* ou ao *sentimento de (in)segurança*. As diferenças entre esses regimes de sociabilidade, portanto, podem exercer influências causais distintas.

Em suma, todos esses fenômenos estão interpenetrados: risco percebido, medo do crime, estratificação social, estilo de vida, incidência de criminalidade, regimes de sociabilidade. Modelos explicativos devem adotar variáveis para cada um deles e buscar compreender suas relações. Aqui o que se sugere é que elas sejam

usadas em uma abordagem que busque verificar a aderência do *risco real* ao *risco percebido* e deste ao *medo do crime*; entre a *situação*, a *definição da situação* e sua *consequência*. Contudo, as variações entre os diferentes espaços sociais do cotidiano devem ser consideradas.

Alguns modelos teóricos, além do próprio Modelo de Interpretação de Risco (FERRARO, 1995), já seguem esta tendência. Um exemplo é o Modelo de Crenças de Perigo (BORGES, 2011), que considera cinco crenças de perigo como resultantes de engajamentos na experiência prévia do indivíduo. Nesse modelo, o sentimento de insegurança corresponde àquela situação em que se acredita que o ambiente é perigoso (BORGES, 2011). Em uma dimensão mais geral, o neopragmatismo alemão de Hans Joas fornece subsídios para aprofundar esta perspectiva ao considerar em suas pesquisas a gênese e o comprometimento a valores como oriundos de experiências de autoformação e autotranscendência (JOAS, 1996, 2000, 2012). Em uma abordagem mais empírica, pode-se conferir atenção especial para os casos em que há risco percebido sem a ocorrência de medo do crime. A aderência ou separação entre os dois conceitos tam-

bém poderia ser captada em questionários que, além de perguntarem ao entrevistado se sofreu tais ou tais tipos de crime durante tal período, perscrutassem também como ele se sentiu ao se ver nessa situação de risco, tanto em relação a sua integridade física quanto a patrimonial. Seria interessante captar se o entrevistado temeu pela sua vida ou pela de pessoas próximas, se foi apenas um sus-to passageiro ou até mesmo uma banalidade com a qual se está acostumado, por exemplo.

Apesar das sutilezas, tanto o medo do crime quanto o sentimento de insegurança e a percepção de risco constituem fenômenos graves que devem ser mais bem compreendidos nas suas dinâmicas. Eles geram desconfiança entre as pessoas, minam a sociabilidade entre classes sociais, consolidam a estratificação social no espaço, além de favorecer a ocorrência de comportamentos e juízos do tipo bode expiatório, nos quais uma categoria social é arbitrariamente responsabilizada e até punida por todo o “mal” que ocorre. Muitos dos episódios de preconceito, linchamentos e extermínio em nosso cotidiano são alimentados por este sentimento de perene ameaça a si e aos seus próximos. Conhecer sua dinâmica e procurar suas causas é fornecer os subsídios para combatê-lo.

1. Os microdados estão disponíveis para download em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/reponderacao_2001_2012/PNAD_reponderado_2009_20150814.zip>.
2. O leitor interessado também poderá visualizar em um mapa a distribuição desses grupos por estados por meio do link <https://davidmaciel.shinyapps.io/inseg/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Dorian. **O medo do crime na cidade do Rio de Janeiro: um análise sob a perspectiva das crenças de perigo**. Curitiba: Editora Appris, 2011. .

BORGES, Dorian. Vitimização e Sentimento de Insegurança no Brasil em 2010: Teoria, análise e contexto. **Mediações - Revista de Ciências sociais** v. 18, n. 1, p. 141-163, 2013.

DATAFOLHA; CRISP; SENASP. **Pesquisa nacional de vitimização**. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV-Senasp_final.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

DUARTE, Mário Sérgio de Brito (coord.); PINTO, Andréia Soares (org.); CAMPAGNAC, Vanessa (org.). **Pesquisa de Condições de Vida e vitimização - 2007**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/PesqCondVida-Vitimizacao.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016. .

DUBOW, Fred; MCCABE, Edward; KAPLAN, Gail. **Reactions to crime: a critical review of the literature: executive summary**. Washington, D.C.: Department of Justice, Law Enforcement Assistance Administration, National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice, 1979. .

FERRARO, Kenneth F. **Fear of crime: Interpreting victimization risk**. New York: SUNY press, 1995. .

FERRARO, Kenneth F; GRANGE, Randy L. The Measurement of Fear of Crime. **Sociological Inquiry** v. 57, n. 1, p. 70-97, 1987.

GAROFALO, James; LAUB, John. The fear of crime: Broadening our perspective. **Victimology** v. 3, n. 3-4, p. 242-253, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Relations in public**. New Jersey: Transaction Publishers, 2009. .

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Características de Vitimização e Acesso à Justiça em 2009. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/reponderacao_2001_2012/PNAD_reponderado_2009_20150814.zip>. Acesso em: 19 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Dicionário de Variáveis de Pessoas da PNAD 2009. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/reponderacao_2001_2012/PNAD_reponderado_2009_20150814.zip>. Acesso em: 19 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Questionário da PNAD 2009. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/reponderacao_2001_2012/PNAD_reponderado_2009_20150814.zip>. Acesso em: 19 jun. 2016.

JOAS, Hans. **A sacralidade da pessoa. Nova genealogia dos direitos humanos**. São Paulo: Unesp, 2012. .

JOAS, Hans. **The creativity of action**. Chicago: University of Chicago Press, 1996. .

JOAS, Hans. **The genesis of values**. Chicago: University of Chicago Press, 2000. .

MARK, Warr. Fear of victimization: Why are women and the elderly more afraid? **Social science quarterly** v. 65, n. 3, p. 681 - 702, 1984.

ROUNTREE, Pamela Wilcox; LAND, Kenneth C. Perceived risk versus fear of crime: Empirical evidence of conceptually distinct reactions in survey data. **Social forces** v. 74, n. 4, p. 1353-1376, 1996.

SOARES, Gláucio. O sentimento de insegurança: teoria, hipóteses e dados. **Pesquisa de condições de vida e vitimização - 2007**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. p. 108 - 125. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/PesqCondVidaVitimizacao.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

THOMAS, William I; THOMAS, Dorothy Swaine. **The child in America: behavior problems and programs**. New York: Alfred A. New York: Knopf, 1928

ZILL, Luis Felipe; MARINHO, Frederico Couto; SILVA, Braulio. Pesquisas de vitimização. In: LIMA, Renato Sérgio De; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 227 - 243.

Zonas do medo: variações geográficas do sentimento de (in)segurança no suplemento Vitimização e Acesso à Justiça da PNAD de 2009

David Maciel de Mello

Resumen

Zonas del Miedo: variaciones geográficas del sentimiento de (in)seguridad en el suplemento Victimización y Acceso a la Justicia de la PNAD de 2009

Este trabajo aborda las variaciones del sentimiento de seguridad/inseguridad en la PNAD de 2009, segundo local de referencia. El objetivo es explorar hasta cuanto su ocurrencia en la ciudad acompaña el mismo sentimiento tanto en el barrio como en el domicilio. Después de una breve introducción sobre la historia del concepto, se lo define como fenómeno mezclado de riesgo percibido y miedo del crimen. La segunda parte trata de los presupuestos teóricos de su operacionalización en los niveles geográficos de referencia, domicilio, barrio y ciudad, mientras la tercera explora sus variaciones. Los resultados han planteado la hipótesis de que el sentimiento de seguridad es geográficamente acumulable, mientras que el sentimiento de inseguridad tiene el domicilio como el nivel preponderante. Este patrón aparenta tener validez para el Brasil y tiende a reproducirse en los estados, con excepción de la Paraíba. La conclusión busca profundizar los resultados, delimitar su alcance y sugerir caminos para futuras investigaciones.

Palabras clave: Victimización. Miedo del crimen. Percepción de riesgo.

Abstract

Zones of Fear: Geographic variations in feeling (un)safe in Victimization and Access to Justice supplement of the 2009 PNAD

This study addresses variation in the feeling of safety/lack of safety in the 2009 PNAD (Household Survey) according to place of reference. The objective was to explore the extent to which its occurrence in the city matched the same feelings in both neighborhood and household. After a brief introduction on the history of the concept, this feeling is defined as a mixed phenomenon of perceived risk and fear of crime. The second part describes the theoretical presumptions of its operation at the geographic reference levels of household, neighborhood and city, whereas the third part explores their variations. The results suggest that the feeling of safety is geographically cumulative, whereas feelings of lack of safety predominate at the household level. This pattern appears to be valid for Brazil and tends to replicate in the different states with the exception of Paraíba. The conclusion seeks to further analyze results, define their scope and suggest directions for future studies.

Keywords: Victimization. Fear of crime. Risk perception.

Data de recebimento: 19/10/2015

Data de aprovação: 16/08/2016